

# A FUNDAMENTAÇÃO DO PROBLEMA DA LIBERDADE SOBRE OS PRINCÍPIOS DA FILOSOFIA DA NATUREZA DE SCHELLING<sup>1</sup>

Márcia C. F. Gonçalves  
UERJ

Quando comparamos superficialmente o escrito *Sobre a essência da liberdade humana*<sup>2</sup> de Schelling com seu primeiro sistema de *filosofia da natureza*<sup>3</sup>, notamos uma mudança de repertório

---

1 Este artigo foi originalmente redigido em alemão para apresentação no *Congresso Internacional “Ação e História: a questão da Liberdade Humana”*, realizado na Universidade de Coimbra em novembro de 2009, e publicado com o título de “*Die Begründung des Problems der Freiheit aus den Prinzipien der Naturphilosophie Schellings*” em: Diogo Ferrer e Teresa Pedro (organizadores): *Schellings Philosophie der Freiheit. Studien zu den Philosophischen Untersuchungen über das Wesen der menschlichen Freiheit*. Würzburg: Ergon, 2012.

2 Schelling, F.W.J.: *Philosophische Untersuchungen über das Wesen der menschlichen Freiheit und die damit zusammenhängenden Gegenstände*. In: *Sämtliche Werke*, hrsg. von K.F.A. Schelling, Stuttgart 1856ff, a seguir abreviada como SW. Tradução portuguesa: Schelling, F.W.J.: *Investigações filosóficas sobre a essência da liberdade humana e os assuntos a ela relacionados*. Tradução de Carlos Morujão. Lisboa: Edições 70. A seguir citadas respectivamente como Schelling: *Freiheitschrift* e Schelling: *Sobre a liberdade*.

3 Refiro-me aqui ao período entre 1797 a 1806 da produção filosófica de Schelling, cujas principais obras são: *Idéias para uma filosofia da natureza como introdução ao estudo desta ciência (Ideen zu einer Philosophie der Natur als Einleitung in das Studium dieser Wissenschaft)* (1797 e 1803); *Da alma do mundo – Uma hipótese da física superior para explicação do organismo universal (Von der Weltseele – Eine Hypothese der höhern Physik zur Erklärung des allgemeinen Organismus)* (1798); *Primeiro projeto de um sistema da filosofia da natureza (Erster Entwurf eines System der Naturphilosophie)* (1799); *Sobre o verdadeiro conceito da filosofia da natureza e o modo correto de resolver os seus problemas (Ueber den wahren Begriff der Naturphilosophie und die richtige Art, ihre*

conceitual que reflete uma gradual transformação do próprio sistema filosófico de Schelling, cuja linguagem se aproxima pouco a pouco da mitologia cristã. O conceito chave do *escrito sobre a liberdade* é o conceito de Deus e seu pressuposto fundamental é a ideia da criação divina, ao contrário de seus primeiros escritos sobre *filosofia da natureza*, nos quais o absoluto é apresentado predominantemente por meio do conceito de natureza, cujo processo de desenvolvimento é descrito como uma autoformação da própria matéria. Esta diferença é responsável pela impressão quase inevitável de que há no tratado de 1809 um sobrepeso do conteúdo espiritual ou metafísico sobre o conteúdo material ou físico. Contudo, o *escrito sobre a liberdade* de Schelling mantém uma relação necessária, ainda que não completamente explícita, com sua *filosofia da natureza*. E é sobre esta relação que eu pretendo desenvolver aqui algumas considerações.

Em primeiro lugar, é importante observar que não se tratará de uma comparação meramente exterior entre dois diferentes sistemas ou dois diferentes momentos do sistema de Schelling, mas sim de uma relação interior e necessária apontada pelo próprio filósofo quando afirma que “somente a partir dos princípios de uma verdadeira filosofia da natureza se pode desenvolver uma perspectiva que possa satisfazer completamente a tarefa”<sup>4</sup>, empreendida por ele em 1809, não apenas de compreender a essência da liberdade humana, mas também de resolver o dilema sobre a origem do mal e, acima de tudo, de esclarecer a relação entre o ser originário absoluto e os entes finitos.

Para facilitar esta exposição, vou limitar minha investigação a três teses específicas apresentadas por Schelling no seu *escrito sobre a liberdade*, a fim de buscar para cada uma delas um fundamento ou princípio no sistema da *filosofia da natureza* do jovem Schelling.

---

*Probleme aufzulösen*) (1801); Bruno. Ou: Do princípio divino e natural das coisas. Um diálogo (Bruno oder über das göttliche und natürliche Prinzip der Dinge) (1802); Sistema da filosofia como um todo e da filosofia da natureza em particular (System der gesammten Philosophie und der Naturphilosophie insbesondere) (1804); Sobre a relação do real e do ideal na natureza ou o desenvolvimento dos primeiros axiomas da filosofia da natureza nos princípios da gravidade e da luz. Um diálogo (Ueber das Verhältnis des Realen und Idealen in der Natur oder Entwicklung der ersten Grundsätze der Naturphilosophie an den Prinzipien der Schwere und des Lichts) (1806); Aforismos sobre filosofia da natureza (Aphorismen über die Naturphilosophie) (1806).

4 Schelling; *Sobre a liberdade*, p.60-61. No original:“(…) nur aus den Grundsätzen einer wahren Naturphilosophie läßt sich diejenige Ansicht entwickeln, welche der hier stattfindenden Aufgabe vollkommen Genüge tut”. Schelling: *Freiheitschrift* SW VII, p. 357.

A primeira tese é sobre a **unidade originária de espírito e natureza**; a segunda tese trata da **dualidade de princípios no interior da natureza**; a terceira tese é **sobre a possibilidade da liberdade na natureza**.

### 1º Parte – Sobre a unidade originária de espírito e natureza

A *filosofia da natureza* de Schelling tem como pressuposto a ideia de uma unidade originária entre espírito e natureza, a qual teria sido rompida pela chamada reflexão. Na Introdução de *Ideias para uma filosofia da natureza* de 1797, reeditada em 1803, Schelling descreve essa unidade originária como um “estado de natureza” vivido pelo ser humano, mas acrescenta entre parênteses antes do termo “Naturzustand” o adjetivo “philosophischen”<sup>5</sup>, levando a crer que se trata não de uma referência a um momento histórico primitivo da espécie humana, mas sim a um estado anterior à ruptura que, segundo Schelling, se deu exatamente a partir da fundação do pensamento filosófico reflexivo. Naquele momento da obra de Schelling o ato de ruptura deste estado de natureza é descrito ao mesmo tempo como um ato de liberdade e como responsável pela instauração da contradição entre o ser humano e o mundo exterior:

Tão logo o ser humano põe a si mesmo em contradição com o mundo exterior, é dado o primeiro passo para a filosofia. Com esta separação começa pela primeira vez a reflexão<sup>6</sup>; a partir daí o ser humano separa aquilo que a natureza uniu para sempre, ele separa o objeto da intuição, os conceitos da imagem e finalmente (na medida em que se torna seu próprio objeto) ele mesmo de si mesmo.<sup>7</sup>

5 A frase completa no original é: “Vorher hatten die Menschen im (philosophischen) Naturzustand gelebt” (Schelling: *Ideen zu einer Philosophie der Natur*, hg. von Manfred Durner - Walter Schieche, Stuttgart 1994. p. 70).

6 Utilizamos aqui a correção que Schelling faz na segunda edição de 1803, substituindo o termo “especulação” que aparece em 1797 pelo termo “reflexão”.

7 No original: „Sobald der Mensch sich selbst mit der äußeren Welt in Widerspruch setzt (...), ist der erste Schritt zur Philosophie geschehen. Mit jener Trennung zuerst beginnt Reflexion; von nun an trennt er was die Natur auf immer vereinigt hatte, trennte den Gegenstand von der Anschauung, den Begriffen vom Bilde, endlich (indem er sein eigenes Objekt wird) sich selbst von sich selbst.“ (Ibidem, p. 71).

No escrito sobre a liberdade Schelling retoma esta crítica contra o pensamento filosófico, mas de forma muito mais precisa. Ele reinterpreta o conceito de reflexão, de modo a compreendê-la não mais como um ato exclusivo do pensamento filosófico, mas sim como um ato que se inicia no interior da própria unidade originária. Por isso, o pensamento filosófico criticado agora por Schelling é localizada histórica e geograficamente na modernidade europeia, e seu problema se encontra não na reflexão em si, mas em sua unilateralidade subjetiva, ou seja, no fato de negligenciar a natureza:

Toda a filosofia europeia moderna, desde o seu início (com Descartes), tem esta falta generalizada que consiste no facto de que, para ela, a natureza não está presente e escapa-lhe um fundamento vivo. (...) Falta uma filosofia daquele fundamento vivo.<sup>8</sup>

Não se tratar mais de criticar o pensamento reflexivo como responsável pela cisão entre o ser humano e o mundo exterior, mas sim de acusar a incapacidade do idealismo subjetivo assim como das ciências da natureza modernas de considerar a presença de uma racionalidade no interior mesmo da natureza:

A simples crença numa razão simplesmente humana, a convicção da total subjetividade de todo o conhecer e de todo o pensar e da total ausência de razão e de pensamento na natureza, juntamente com o modo mecanicista de representar, dominante em toda a parte (...) justificam o curso seguido pelo modo de considerar esta questão.<sup>9</sup>

---

8 Schelling: *Sobre a liberdade*, p. 60. No original: "Die ganze neu-europäische Philosophie seit ihrem Beginn (durch Descartes) hat diesen gemeinschaftlichen Mangel, daß die Natur für sie nicht vorhanden ist, und daß es ihr am lebendigen Grunde fehlt". (Schelling: *Freiheitsschrift*, SW VII, p. 356).

9 Schelling: *Sobre a liberdade*, p. 31. No original: "Der feste Glaube na eine bloß menschliche Vernunft, die Überzeugung von der vollkommenen Subjektivität alles Denkens und Erkennens und der gänzlichen Vernunft- und Gedankenlosigkeit der Natur, samt der überall herrschenden mechanischen Vorstellungsart, (...)rechtfertigen hinlänglich diesen Gang der Betrachtung." (Schelling: *Freiheitsschrift*, SW VII, p. 333).

O que Schelling reivindica com esta crítica ao idealismo subjetivo se encontra exatamente em sua *filosofia da natureza*, enquanto filosofia com um “fundamento vivo” - a saber, o reconhecimento de uma idealidade, de uma inteligência ou de uma racionalidade imanentes à própria natureza, ou a suspensão de um modo de considerar a natureza apenas como uma mera objetividade fundada na lei mecânica da causalidade. Os argumentos que levam a este reconhecimento não se encontram explicitamente no tratado de 1809, por isso, aqui já podemos compreender a necessidade de considerar a *filosofia da natureza* de Schelling como fundamento para sua *filosofia da liberdade*.

A unidade originária descrita na *filosofia da natureza* de Schelling a partir de 1797 consiste na própria natureza, porque neste contexto a natureza é o próprio absoluto, que une para sempre, no interior de si, sujeito e objeto, atividade e passividade, ideal e real, inteligência e matéria. Neste contexto, a ideia de criação da natureza por um deus transcendente é considerada algo inconcebível. Em sua obra de 1798 intitulada *Da alma do mundo*, Schelling expressa claramente esta ideia quando afirma que:

A natureza não é um mero produto de uma criação inconcebível, ela é, ao contrário, esta criação mesma. Não é uma aparição ou revelação do eterno. Ao contrário: ela é, ao mesmo tempo, exatamente este eterno.<sup>10</sup>

O jovem Schelling fundamenta este conceito de natureza, enquanto unidade originária e absoluta, na ideia, pensada pelo ser humano desde a antiguidade, de uma auto-organização da própria matéria. Mas como a ideia de organização, que envolve ordem, racionalidade ou *logos*, é, em geral, pensada em relação com a ideia de espírito, o jovem Schelling justifica o fato de que pensar a auto-organização ou a autoformação da matéria implica necessariamente em pensar a “unificação originária do espírito e da matéria” nas próprias coisas da natureza, ou seja, no interior da natureza material.<sup>11</sup>

---

10 No original: “Die Natur ist nicht bloß Produkt einer unbegreiflichen Schöpfung, sondern diese Schöpfung selbst; nicht nur die Erscheinung oder Offenbarung des Ewigen, vielmehr zugleich eben dieses Ewige selbst.” (Schelling: *Von der Weltseele. Über das Verhältnis des Realen und Idealen in der Natur*, SW, II, p. 378).

11 “Com isso o espírito humano desde muito cedo foi conduzido até a ideia de uma matéria *que organiza*

No *escrito sobre a liberdade*, Schelling parece deslocar a unidade originária entre espírito e natureza para um momento anterior e superior ao ser natural. Deus é agora o verdadeiro absoluto, a essência originária e infinita, enquanto a natureza se mostra inicialmente apenas como sua criatura, ou como um ente derivado e finito. Entretanto, se observarmos melhor, a diferença entre a concepção de uma unidade originária na *filosofia da natureza* e no escrito de 1809 não é assim tão exterior quanto parece. De fato, a relação entre Deus e Natureza descrita no *Tratado sobre a liberdade* reflete uma estrutura lógica dialética semelhante àquela construída por Schelling em sua *filosofia da natureza*. Esta estrutura pode ser expressa através da tese, presente em ambos os períodos da obra de Schelling, de uma dualidade lógica no interior de uma unidade ontológica. A manutenção desta tese no texto de 1809 serve para resguardar contra um possível regresso a um pensamento dicotômico unilateral e dogmático, que Schelling sempre pretendeu superar desde sua crítica contra a reflexão desenvolvida em sua filosofia da natureza. A ideia de uma dualidade presente no interior da unidade da essência divina explica a própria cisão desta unidade, enquanto “representação interna reflexiva”<sup>12</sup>, ou justifica a própria vontade divina pela criação enquanto autorevelação de deus na natureza.

Inicialmente, a tese da dualidade no interior da unidade originária tem como fundamento uma diferença estabelecida – como explica Schelling – pela *filosofia da natureza* “entre o ser, na medida em que existe, e esse mesmo ser, na medida em que é fundamento da existência”.<sup>13</sup>

---

*a si mesma*, e pelo fato da organização só poder ser representada em relação a um espírito, ele foi conduzido à ideia de uma unificação originária do espírito e da matéria nas coisas. Ele se viu obrigado a buscar o fundamento destas coisas por um lado na natureza mesma, e por outro lado, em um princípio elevado acima da natureza. Por isso, ele foi levado muito cedo a pensar espírito e natureza como um”. No original: “Dadurch wurde der menschliche Geist frühzeitig auf die Idee einer *sich selbst* organisierenden Materie geführt und, weil Organisation nur in Bezug auf einen Geist vorstellbar ist, auf eine ursprüngliche Vereinigung des Geistes und der Materie in diesen Dingen. Er sah sich genöthigt, den Grund dieser Dinge einerseits in der Natur selbst, andererseits in einem über die Natur erhabenen Princip zu suchen; daher gerieth er sehr frühzeitig darauf, Geist und Natur als Eines zu denken”. (Schelling: *Idee zu einer Philosophie der Natur*. Einleitung. Über die Probleme, welche eine Philosophie der Natur zu lösen hat, **SW II**, p. 47).

12 Cf. Schelling: *Sobre a liberdade*, p. 65; **Schelling**: *Freiheitsschrift*, **SW VII**, p. 360.

13 Schelling: *Sobre a liberdade*, p. 61. No original: “Die Naturphilosophie unsrer Zeit hat zuerst in der Wissenschaft die Unterscheidung aufgestellt zwischen dem Wesen, sofern es existirt, und dem Wesen, sofern es bloß Grund von Existenz ist.” ( **Schelling**: *Freiheitsschrift*, **SW VII**, p. 357)

A unidade originária - que constitui o próprio ser originário e absoluto - é concebida então por Schelling neste novo contexto, por um lado, como um ser existente, em oposição à concepção de Deus como uma mera ideia abstrata, e, por outro lado, como contendo no interior de si mesmo o fundamento de sua própria existência, de modo a preservar o aspecto de autosuficiência e de absolutez deste conceito. Schelling denomina o fundamento da existência do ser absoluto presente no interior da própria essência divina de “natureza em Deus” e faz uma analogia entre esta dualidade lógica presente na unidade ontológica com a dualidade dos princípios de luz e gravidade, exposta em sua *filosofia da natureza* como imanente à própria natureza.<sup>14</sup>

Segundo o jovem Schelling, a natureza só se constitui como uma unidade originária porque abriga em seu cerne uma dualidade igualmente originária, ou seja, uma dualidade de princípios ou de forças imanentes. A maior parte do sistema de *filosofia da natureza* de Schelling ocupa-se com a descrição do jogo dialético de forças presentes na natureza, com o objetivo exatamente de comprovar a tese de que a natureza é a verdadeira instância da unidade absoluta.

A fórmula dialética da unidade que contém em si a própria diferença, elaborada por Schelling em seu primeiro sistema de *filosofia da natureza* para explicar o movimento de auto-formação da matéria, é retomada no *escrito sobre a liberdade* como modo de explicar a cisão da unidade originária ou a “decisão” divina pela criação, ou ainda o impulso do “uno eterno” para “produzir a si mesmo” ou para manifestar-se como natureza. Mas esta manifestação do divino na natureza, representado como criação, se desdobra também em uma unidade que contém novamente uma dualidade:

O primeiro efeito do entendimento na natureza é a diferenciação (*Scheidung*) das forças, na medida em que somente dessa forma consegue desenvolver a unidade que nela está inconscientemente contida como numa semente, mas, no entanto, de modo necessário.<sup>15</sup>

---

14 “Este fundamento da sua existência que Deus tem em si mesmo, não é Deus considerado absolutamente, quer dizer, na medida em que existe; porque se trata somente do fundamento da sua existência, esse fundamento é a natureza em Deus; um ser que dele é inseparável, mas que é, todavia, diferente. Essa relação pode ser esclarecida analogicamente pela relação que existe na natureza entre a gravidade e a luz”. (Schelling: *Sobre a liberdade humana*, p. 62).

15 Schelling: *Sobre a liberdade*, p. 66 (360). No original: „Die erste Wirkung des Verstandes in ihr ist die

De certo modo, Schelling reedita aqui a teoria apresentada em sua *filosofia da natureza* sobre o desenvolvimento da natureza a partir de uma contradição dialética que lhe é imanente, como um motor interior na forma de um jogo de forças. A diferença é que lá estas forças que promoviam o desenvolvimento da natureza eram sinônimas ou idênticas à própria matéria, enquanto aqui a oposição das forças materiais, como, por exemplo, entre luz e gravidade, serve tão somente de analogia para uma outra dualidade, cuja origem se encontra não mais na matéria, mas sim na espiritualidade divina.

### Parte 2 – Da dualidade de princípios no interior da natureza

No capítulo sobre a *Doutrina da luz* de sua obra *Ideias para uma filosofia da natureza*, o jovem Schelling descreve a relação dialética entre o princípio da luz e o princípio da gravidade através de uma analogia que envolve o processo aparentemente natural e biológico da concepção e geração. Um dos pares dialéticos desta analogia é o princípio materno e receptivo, que se deixa fertilizar. Mas o princípio contrário, que fertiliza, não é descrito como um princípio paterno, e sim como um princípio divino. Ao afirmar a imanência ou a interioridade de ambos os princípios na própria natureza, o jovem Schelling usa a expressão “o divino na natureza”, semelhante àquela, cunhada no *Escrito da liberdade* de 1809, de uma “natureza em deus”. Estas expressões são, entretanto, equivalentes apenas em seu aspecto lógico, pois o “divino na natureza” constitui apenas um dos dois momentos da natureza que é pensada pelo jovem Schelling como unidade originária, um momento que se encontra no interior desta unidade intrinsecamente ligado ao seu momento contrário, denominado pelo jovem Schelling de “natureza na natureza”:

(...) na medida em que a gravidade se relaciona com os corpos universalmente como *fundamento* da existência e como princípio receptivo (*empfangendes Princip*), e a luz [se relaciona com os corpos] como princípio ativo, podemos considerar a



gravidade como um princípio maternal ou como a natureza na natureza e a luz como o princípio gerador (*zeugendes Princip*) ou como o divino na natureza.<sup>16</sup>

Nos *Escritos sobre a Liberdade* de 1809 Schelling afirma uma tese semelhante sobre a presença de um princípio divino no interior da natureza, mas enfatiza muito mais o seu aspecto oculto ou inconsciente:

Porque de fato, este ser (a natureza originária) mais não é do que o fundo eterno (*ewige Grund*) da existência divina, deve conter em si mesmo, ainda que oculta, a essência divina, como uma luz viva iluminando a escuridão das profundezas.<sup>17</sup>

No sistema da *filosofia da natureza* do jovem Schelling a tese sobre a presença no interior da natureza de um princípio divino, produtor e criativo serve como fundamento para a tese sobre a possibilidade da apreensão por parte do espírito humano de uma espiritualidade ou idealidade no interior da natureza através de uma intuição intelectual. Pois, pelo fato do princípio racional ou ideal de produtividade se ocultar no interior mesmo da natureza, tal como uma “inteligência cega” ou “inconsciente”, sua apreensão não pode se dar de modo imediato por meio da intuição sensível. Por outro lado, a pura razão também não é capaz de conceber esta idealidade, que se revela necessariamente através dos fenômenos da natureza.

Enquanto na *filosofia da natureza* o jovem Schelling fundamentava sua tese sobre a dualidade de princípios da natureza com experimentos científicos sobre fenômenos físicos como a eletricidade, o magnetismo ou as reações químicas, interpretando-os a partir do jogo dialético

---

16 No original: “Sonst inwiefern sich die Schwere zu den Körpern allgemein als *Grund* von Existenz und empfangendes Princip, das Licht aber als thätig verhält, können wir jene als das mütterliche Princip und die Natur in der Natur, dieses als das zeugende Princip und das Göttliche in der Natur betrachten”. (Schelling: *Ideen*. Erstes Buch. Zweite Kapitel. Ueber die Lehre der Naturphilosophie vom Licht, **SW II**, S. 109-110).

17 Schelling: *Sobre liberdade*, p. 66. No original: „Weil nämlich dieses Wesen (der anfänglichen Natur) nichts anderes ist als der ewige Grund zur Existenz Gottes, so muß es in sich selbst, obwohl verschlossen, das Wesen Gottes gleichsam als einen im Dunkel der Tiefe leuchtenden Lebensblick enthalten.“ (Schelling: *Freiheitsschrift*, **SW S.** 361).

de forças opostas, no *escrito sobre a liberdade*, a tese da dualidade de forças no interior da natureza se baseia na ideia metafísica da criação, interpretada aqui filosoficamente como um ato de reflexão praticado pelo próprio ser originário. A reflexão aqui, assim como no contexto da *filosofia da natureza* é um ato que cinda a unidade originária, mas agora, interiorizado na própria essência divina, ele passa a ser descrito como um ato necessário e livre, um ato da vontade criadora que torna imediatamente a representação de si em uma imagem real efetiva, ao projetar seu próprio entendimento para a natureza criada. Isto explica a distinção no interior da unidade da natureza criada daquela dualidade que no interior da unidade divina originária permanecia idêntica. Mas, segundo Schelling, a dualidade de forças na natureza inicialmente criada conserva em si uma ânsia de recuperar aquela unidade originária, tal como uma nostalgia ou busca pelo momento do uno absoluto. Mas, como este retorno não é imediatamente possível, a dualidade dos princípios na natureza criada leva, ao contrário, ao desenvolvimento do processo de individuação dos seres singulares da natureza:

Portanto, enquanto o entendimento, ou a luz posta na natureza originária, excita a nostalgia (*Sehnsucht*) que ambiciona regressar a si mesma, forçando-a a produzir uma separação das forças (a abandonar a obscuridade) e enquanto precisamente nesta separação se manifesta a unidade secreta do que está cindido – o raio de luz escondido –, neste momento nasce, pela primeira vez, qualquer coisa de concebível e de singular, e isto, na verdade, não através de uma representação exterior, mas através de uma verdadeira in-formação (*Ein-Bildung*), na medida em que aquilo que nasce é informado (*hineingebildet*) na natureza, ou com mais exatidão, através de um despertar, na medida em que o entendimento salienta a unidade ou ideia oculta no fundo cindido.<sup>18</sup>

---

18 Schelling: *Sobre a liberdade*, p. 67. No original: „Die Sehnsucht aber, vom Verstande erregt, strebt nunmehr, den in sich ergriffenen Lebensblick zu erhalten, und sich in sich selbst zu verschließen, damit immer ein Grund bleibe. Indem also der Verstand, oder das in die anfängliche Natur gesetzte Licht, die in die anfängliche Natur gesetzte Licht, die in sich selbst zurückstrebende Sehnsucht zur Scheidung der Kräfte (zum Aufgeben der Dunkelheit) erregt, eben in dieser Scheidung aber die im Geschiedenen verschlossene Einheit, den verborgenen Lichtblick, hervorhebt, so entsteht auf diese Art zuerst etwas Begreifliches und Einzelnes, und zwar nicht durch äußere Vorstellung, sondern durch wahre *Ein-Bildung*, indem das Entstehende in die Natur hineingebildet wird, oder richtiger noch, durch Erweckung, indem der Verstand die in dem geschiedenen Grund verborgene Einheit oder Idea hervorhebt.“ (Schelling: *Freiheitschrift*, SW S. 361).

O conceito *Einbildung*<sup>19</sup>, que em geral é compreendido no sentido de imaginação, enquanto atividade exclusivamente espiritual e frequentemente relacionada aos processos da criação mental de imagens, em especial àqueles ligados à produção artística, recebe de Schelling desde sua *filosofia da natureza* o significado incomum de formação ou criação de produtos no interior dos processos da natureza. Em sua *Filosofia da Arte* de 1802 Schelling sintetiza e esclarece o uso deste conceito que, juntamente com uma série de outros com a mesma raiz etimológica *Bild*, servem para descrever a complexa relação do infinito com o finito tanto na natureza quanto na arte:

Por meio da arte, a criação divina é exposta objetivamente, pois se baseia na mesma formação-em-um (*Ineinsbildung*) da idealidade infinita no real, na qual também aquela se baseia. A palavra alemã *Einbildungskraft*, que é de um acerto notável, significa propriamente a força da formação-em-um (*die Kraft der Ineinsbildung*), na qual, de fato, baseia-se toda a criação. Ela é a força por meio da qual um ideal é, ao mesmo tempo, um real, a alma é corpo. Ela é a força da individuação, que é a força propriamente criadora.<sup>20</sup>

A compreensão da função e do significado do conceito schellinguiano de *Einbildung* (traduzido em português como “informação” e “formação-em-um”) no contexto da *filosofia da natureza* é fundamental para a compreensão da tese sobre a liberdade na natureza defendida pelo

---

19 O termo schellinguiano *Ineinsbildung* tem sido traduzido do alemão e interpretado por diversos tradutores de diferentes maneiras. Na edição francesa destes Aforismos (*Aphorismes pour introduire à la philosophie de la nature*. In: *Œuvres métaphysiques* (1805-1821). Paris, Gallimard, 1980, pp 23ss.), J.-F. Courtine e E. Martineau traduzem o conceito por “uni-formation”. Márcio Suzuki, tradutor brasileiro da *Filosofia da Arte* de Schelling, em que esse termo também possui uma importância fundamental, segue o exemplo de Rubens Rodrigues Torres Filho e o traduz por “formação-em-um” (Cf.: “*O Simbólico em Schelling*”, In: *Ensaio de Filosofia Ilustrada*. São Paulo, Brasiliense, 1987, pp. 48-9).

20 Schelling: *Filosofia da Arte*. Trad. de Marcio Suzuki. Edusp: São Paulo, 2001, p. 48-9. No original: “Durch die Kunst wird die göttliche Schöpfung objektiv dargestellt, denn diese beruht auf derselben Einbildung der unendlichen Idealität ins Reale, auf welcher auch jene beruht. Das treffliche deutsche Wort Einbildungskraft bedeutet eigentlich die Kraft der *Ineinbildung*, auf welcher in der That alle Schöpfung beruht. Sie ist die Kraft, wodurch ein Ideales zugleich auch ein Reales, die Seele Leib ist, die Kraft der Individuation, welche die eigentlich schöpferische ist.” (Schelling: *Vorlesungen über die Philosophie der Kunst*, SW V, S. 386 (§ 22)).

jovem Schelling. Por isso, gostaria de finalizar minha apresentação com uma breve análise sobre a teoria que envolve este conceito como meio de cumprir o último momento da interpretação aqui proposta.

### **3ª e última Parte – Sobre a possibilidade da liberdade na natureza**

A teoria sobre a “imaginação”, “informação” ou “formação-em-um” do infinito no finito e do finito no infinito, à qual Schelling se refere rapidamente em seu *escrito sobre a liberdade*, é a base ou o princípio fundamental de toda a *filosofia da natureza* de Schelling. A partir dela se desdobra a teoria sobre as diferentes potências e sobre as diferentes dimensões da natureza. Com a tese da imaginação do infinito no finito Schelling praticamente dispensa a referência à ideia teológica, presente no *escrito sobre a liberdade*, da criação da natureza por Deus. Isso não significa que esta ideia não seja considerada ou discutida no primeiro sistema de *filosofia da natureza* de Schelling, mas em geral de modo crítico ou negativo.

Neste contexto, a hipótese de que a natureza teria sido criada por uma “divindade” é considerada por Schelling como ineficaz para responder a questão sobre a possibilidade dos seres da natureza a partir da categoria de conformidade a fins (*Zweckmäßigkeit*). A oposição entre espírito e natureza posta pelo idealismo subjetivo e sua fixação das coisas da natureza como sendo absolutamente exteriores reduz a ideia de um criador da natureza a “um mero artista da natureza”, ou “no máximo a um arquiteto da mesma”.<sup>21</sup> A crítica do jovem Schelling volta-se não exatamente contra a ideia de criação da natureza, mas sim contra o que ele qualifica como

---

21 No original: “Denn sobald ihr die Naturdinge als außer euch wirklich und somit als Werk eines Schöpfers betrachtet, kann in ihnen selbst keine Zweckmäßigkeit wohnen, denn diese gilt ja nur in Bezug auf euern Verstand. Oder wollt ihr auch im Schöpfers betrachtet, kann in ihnen selbst keine Zweck u. s. w. voraussetzen? Allein sobald ihr dies thut, hört er auf Schöpfer zu seyn, er wird bloßer Künstler, er ist höchstens Baumeister der Natur; ihr zerstört aber alle Idee von Natur von Grund aus, sobald ihr die Zweckmäßigkeit von außen durch einen Uebergang aus dem Verstande irgend eines Wesens in sie kommen lasst. Sobald ihr also die Idee des Schöpfers endlich macht, hört er auf Schöpfer zu seyn; erweitert ihr sei bis zur Unendlichkeit, so verlieren sich alle Begriffe von Zweckmäßigkeit und Verstand, und es bleibt nur noch die Idee einer absoluten Macht üblich”. (Schelling: *Ideen*, SW II, p.98).

uma “ideia finita do criador”.<sup>22</sup> Neste sentido, ele admite a conformidade a fins na natureza, desde que esta seja uma ideia absoluta ou uma ideia “do todo da natureza”.<sup>23</sup> Segundo o jovem Schelling, explicar a conformidade a fins da natureza com o argumento da criação divina significa substituir o pensamento filosófico por uma mera consideração religiosa (*fromme*).<sup>24</sup> Esta recusa de uma explicação criacionista se baseia no conceito de natureza como um todo absoluto que se auto-organiza e se auto produz:

A natureza não é um mero produto de uma criação inconcebível, mas ao contrário esta criação mesma; não uma aparição ou revelação do eterno, ela é muito mais, ao mesmo tempo, exatamente este eterno.<sup>25</sup>

Este conceito de natureza exposto pelo jovem Schelling contém em si mesmo a ideia de autonomia e de autarquia. É a própria natureza, e não uma inteligência que lhe é superior ou anterior, que dá a si mesma suas próprias leis e seu próprio movimento. Sua dualidade interna é responsável pelo seu constante processo de criação e desenvolvimento.

Segundo o jovem Schelling, a dinâmica das forças opostas da natureza, como coesão e expansão, atração e repulsão, centrípeta e centrífuga, é responsável pelo processo da auto-formação da matéria, por isso não poderia haver uma inteligência supranatural que criasse a

---

22 Idem.

23 “Esta conformidade a fins absoluta do todo da natureza é uma ideia que nós pensamos não de modo arbitrário, mas sim de modo necessário” (No original: “Diese absolute Zweckmäßigkeit des Ganzen der Natur nun, ist eine Idee die wir nicht willkürlich, sondern *nothwendig* denken”. Ibidem, p. 106).

24 No original: “Denn diese Zweckmäßigkeit daraus erklären, dass ein göttlicher Verstand ihr Urheber sey, heißt nicht philosophieren, sondern fromme Betrachtungen anstellen”. (Ibidem, pp. 106-107).

25 No original: “Von allen, was Vernunft als ewige Folge von dem Wesen Gottes erkennt, ist in der Natur nicht allein der Abdruck, sondern die wirkliche Geschichte selbst enthalten. Die Natur ist nicht bloß Produkt einer unbegreiflichen Schöpfung, sondern diese Schöpfung selbst; nicht nur die Erscheinung oder Offenbarung des Ewigen, vielmehr zugleich eben dieses Ewige selbst. / Je mehr wir die einzelnen Dinge erkenne, desto mehr erkennen wir Gott, sagt Spinoza, und mit stets erhörter Ueberzeugung müssen wir auch jetzt noch denken, welche die Wissenschaft des Ewigen suchen, zurufen: Kommet her zur Physik und erkennet das Ewige!” (Schelling: *Von der Weltseele. Über das Verhältnis des Realen und Idealen in der Natur.*, SW II, p. 378).

natureza a partir de fora. No adendo à Introdução às *Ideias para uma filosofia da natureza*, Schelling descreve esse processo como um movimento de expansão do absoluto infinito em direção ao particular finito, seguido do movimento contrário de coesão ou recolhimento deste particular finito de volta na infinitude absoluta. E esta descrição, que é de fato a exposição da tese da imaginação do infinito no finito, lembra em muito a imagem teológica, que adotará mais tarde, da criação divina:

O absoluto se expande no ato eterno do conhecimento em direção ao particular, apenas para na absoluta imaginação (*Einbildung*) de sua infinitude no próprio finito recolher em si o finito, e ambos (finito e infinito) são no absoluto um único ato.<sup>26</sup>

O jovem Schelling explica a formação da natureza em sua aparência objetiva a partir da teoria de que esta dinâmica inicial de expansão e retração do absoluto se desdobra em três unidades aparentemente distintas: a primeira consiste no movimento da “imaginação” ou “informação” do infinito no finito, a segunda no movimento inverso da re-informação do finito no infinito. Enquanto a primeira unidade se objetiva como natureza, a segunda unidade se objetiva como “mundo ideal” (*ideele Welt*). O primeiro movimento se transforma imediatamente no segundo, assim como o segundo, de novo no primeiro. Desde círculo sintético das duas primeiras unidades surge, segundo Schelling, uma terceira unidade, que constitui a síntese ou indiferença das duas primeiras.<sup>27</sup> Sobre essa lógica dialética que se desdobra em três unidades Schelling

---

26 No original: “Das Absolute expandiert sich in dem ewigen Erkenntnißakt in das Besondere nur, um in der absoluten Einbildung seiner Unendlichkeit in das Endliche selbst dieses in sich zurückzunehmen, und beides ist in ihm Ein Akt.” (Schelling: *Ideen*. Zusatz zur Einleitung, SW II, S. 66).

27 “A primeira [unidade] – que, enquanto imaginação do infinito ao finito no interior da absolutez transforma-se novamente na segunda unidade, do mesmo modo em que a segunda unidade transforma-se na primeira – é, enquanto diferente, a natureza, assim como a outra unidade é o mundo ideal, e a terceira unidade será diferenciada enquanto tal aí, onde em cada uma das duas unidades a unidade singular de uma, na medida em que se torna absoluta para si, ao mesmo tempo se transforma e se dissolve na outra”. No original: “Aber eben deswegen, weil Natur und ideele Welt, jede in sich einen Punkt der Absolutheit hat, wo die beiden Entgegengesetzten zusammenfließen, muß auch jede in sich wieder, wenn nämlich jede als die *besondere* Einheit unterschieden werden soll, die drei Einheiten unterschiedbar enthalten, die wir in dieser Unterscheidbarkeit und Un-

fundamenta sua teoria das potências tanto do mundo real da natureza, quanto do mundo ideal do espírito.<sup>28</sup> A potência mais elevada da natureza, que constitui a síntese entre matéria e luz, é o organismo, o que não significa que este seja apenas uma finalidade última da natureza. No sistema dialético circular do jovem Schelling, o organismo é, ao contrário, o modelo originário de todo o processo de autoformação da matéria, na medida em que revela a ordem imanente e infinita da natureza como um todo. E é exatamente no fenômeno da vida e, mais especificamente, na compreensão da totalidade da natureza como um grande organismo vivo, que o jovem Schelling se permite admitir a unidade entre liberdade e natureza, ou antes, a presença da liberdade no interior da natureza:

Assim encontramos aqui aquela unificação absoluta de natureza e liberdade em um e mesmo ser (*Wesen*), a organização vivificada deve ser produto da natureza; mas neste produto natural deve reinar um espírito dominante e ordenador; dentro dele não podem ser separados de modo algum estes dois princípios, mas ao contrário devem ser intimamente ligados; não podem deixar-se diferenciar na intuição, entre ambos não deve haver nenhum antes e nenhum depois, mas absoluta identidade e reciprocidade.<sup>29</sup>

---

terordnung unter eine Einheit Potenz nennen, so daß diese allgemeine Typus der Erscheinung sich nothwendig auch im Besonderen und als derselbe und gleiche in der realen und idealen Welt wiederholt" (Idem).

28 "Mas exatamente porque natureza e mundo ideal – cada qual tendo em si um ponto da absolutez, onde os dois opostos confluem, e mesmo que cada um deva ser diferenciado como a unidade *particular* – tem que conter cada qual em si de novo aquelas três unidades indiferenciadamente, as quais nesta diferenciabilidade e subordinação sob uma unidade denominamos de Potências, de modo que este tipo universal da aparição se repete necessariamente também no particular e enquanto o mesmo e igual no mundo real e ideal". No original: "Aber eben deßwegen, weil Natur und ideale Welt, jede in sich einen Punkt der Absolutheit hat, wo die beiden Entgegengesetzten zusammenfließen, muß auch jede in sich wieder, wenn nämlich jede als die *besondere* Einheit unterschieden werden soll, die drei Einheiten unterschiedbar enthalten, die wir in dieser Unterscheidbarkeit und Unterordnung unter eine Einheit Potenz nennen, so daß diese allgemeine Typus der Erscheinung sich nothwendig auch im Besonderen und als derselbe und gleiche in der realen und idealen Welt wiederholt" (Idem).

29 No original: "Also begegnen wir hier abermals jener absoluten Vereinigung von Natur und Freiheit in einem und demselben Wesen, die belebte Organisation soll Produkt der Natur seyn; aber in diesem Naturprodukt soll herrschen ein ordnender, zusammenfassender Geist; diese beiden Principien sollen in ihm gar nicht getrennt, sondern innigst vereinigt seyn; in der Anschauung sollen sich beide gar nicht unterscheiden lassen, zwischen beiden

A liberdade na natureza viva não exclui sua necessidade imanente de se autodesenvolver. Esta tese sobre a unidade entre liberdade e necessidade no interior da natureza é exposta de modo ainda mais claro na obra de 1804, intitulada *System der gesammten Philosophie und der Naturphilosophie insbesondere*. Nela, Schelling radicaliza a ideia de uma auto-suficiência da natureza: “A vida – diz Schelling – surge por si mesma no momento em que cai o limite da finitude, e a partir do núcleo da própria matéria brota a flor da vida orgânica”. Com esta tese sobre a continuidade entre a matéria inorgânica e a matéria orgânica, o jovem Schelling se recusa mais uma vez a atribuir a origem da natureza a uma idealidade anterior e exterior à mesma:

Não é necessário nenhuma semente originária (*Urkeim*) que deixamos ser espalhada no caos, ao mesmo tempo como que imediatamente caídas da mão do criador. Tudo é ou nada é semente originária. Cada parte da matéria não apenas vive, como também é um universo de diferentes espécies de vida, na medida em que a fixa ipseidade faz recuar esta vida infinita. A própria matéria, a partir da plenitude de sua substância, dá a luz (*gebirt*) àquilo que se desenvolve na natureza.<sup>30</sup>

No *escrito sobre a liberdade* de 1809 Schelling volta a afirmar a presença de uma idealidade, inteligibilidade no interior da natureza, porém agora o *logos* grego é traduzido em verbo cristão, assim como o conceito spinosano de *natura naturans* - adotado em sua *filosofia da natureza* para descrever a produtividade infinita da natureza, constantemente freada e manifesta em seus produtos finitos, ou na *natura naturata* - se transforma agora na representação religiosa da criação divina da natureza. O fato de Schelling iniciar sua obra de 1809 com um longo tratado sobre o

---

soll kein *Vor* und kein *Nach*, sondern absolute Gleichzeitigkeit und Wechselwirkung stattfinden”. (Ibidem, p. 74).

30 No original: “Denn nichts der allgemeinen Substanz Fremdes ist die Erscheinung des Lebens; das Leben tritt von selbst hervor, wo die Schranke der Endlichkeit fällt, und aus dem Kern der Materie selbst sproßt die Blüthe des organischen Lebens hervor. Es bedarf keiner Urkeime, die wir in das Chaos ausgestreut seyn ließen, gleichsam als unmittelbar aus der Hand des Schöpfers gefallen. *Alles* ist Urkeim oder nichts. Jeder Theil der Materie lebt nicht nur, sondern ist auch ein Universum von verschiedenen Arten des Lebens, wenn gleich die starre Selbstheit dieß unendliche Leben zurückdrängt. Die Materie gebiert aus der Fülle ihrer Substanz, was sich in der Natur entwickelt.” (Ibidem, Zweiter oder besonderer Theil. B. “Specielle Naturphilosophie oder Konstruktion der einzelnen Potenz der Natur” (§ 196).



panteísmo e sobre o próprio spinosismo pode indicar que sua adoção da linguagem mitológica cristã constitui uma estratégia de prevenção contra a acusação de panteísmo ou ateísmo que sofrera em relação à sua *filosofia da natureza*. Mas a outra possibilidade é que uma *Filosofia de Natureza* não é capaz por si só de assegurar a certeza de uma liberdade exclusivamente humana.

O fato é que Schelling adota em seu tratado sobre a liberdade humana a linguagem mitológica cristã em substituição à exposição materialista, ao mesmo tempo racional e poética, característica de sua filosofia da natureza, erroneamente interpretada como panteísta e conseqüentemente como fatalista. A linguagem mitológica cristã serve, entretanto, apenas de escudo para reafirmar com mais segurança as teses centrais de Schelling sobre a natureza. Essa estratégia, entretanto, felizmente não é mais necessária. A aparência de panteísmo da filosofia da natureza de Schelling se dissolve facilmente quando compreendemos que ela não se baseia na tese da imanência das coisas em Deus, mas sim na tese da identidade entre finito e infinito, espírito e natureza, liberdade e necessidade. E exatamente esta tese a única autenticamente capaz de garantir a possibilidade e mesmo de fundamentar a realidade da liberdade humana.

Em outras palavras, só se pode efetivamente fundamentar a liberdade humana a partir da compreensão de que o mundo em que este ser racional habita - a natureza, contra a qual a humanidade tem lutado há séculos, na medida em que a concebe como o lugar da não-liberdade ou como o reino da necessidade - é de fato ela mesma também racional, também autônoma, também livre.

Não existe liberdade humana às custas da opressão da natureza, o ser humano não será livre enquanto sua liberdade exigir o sacrifício de sua natureza sensível. E a própria filosofia nunca será inteiramente racional enquanto insistir em separar suas reflexões sobre a liberdade de suas reflexões sobre a natureza.

Mais de dois séculos depois da primeira publicação do escrito *Sobre a liberdade* de Schelling é chegada finalmente a hora de compreender o mundo não mais como uma realidade cindida, na qual os seres racionais se esforçam ou por sobrepujar um universo internamente regido por leis causais implacavelmente deterministas capazes de definir seu próprio fim, ou por ordenar através de leis de seu próprio entendimento um universo que aparentemente é regido pelo caos e não tem qualquer sentido.

É chegada a hora de compreendermos a ordem imanente ao aparente caos da natureza, a racionalidade imanente aos processos inconscientes do universo e, finalmente, a liberdade necessária da autoconstrução da natureza à qual pertence o ser consciente. Na verdade, o ser humano não apenas faz parte da natureza. Ele é natureza. E a natureza é também nele. A aparente finitude da natureza, que antes servia de base para a ilusão humana de transcendência, deve mostrar-se em sua verdadeira circularidade infinita. Mas essa verdade só se revela ao ser humano que é capaz de abandonar a pretensão de uma subjetividade singular isolada do mundo; capaz de compreender-se não como centro, mas como um ponto móvel no círculo da autoconstrução da natureza; capaz finalmente de identificar-se com a universalidade. Mas não com uma universalidade transcendente de um deus supranatural, e sim com a universalidade material e concreta de uma natureza absoluta.

#### RESUMO

*O tratado de Schelling publicado em 1809 com o título Philosophischen Untersuchungen über das Wesen der menschlichen Freiheit (Investigações filosóficas sobre a essência da liberdade humana) constitui apenas aparentemente um sistema de filosofia prática diferente de seus sistemas anteriores de filosofia da natureza e da identidade. Este artigo visa demonstrar a proximidade entre estes sistemas, a partir do reconhecimento de três teses de filosofia da natureza que fundamentam a filosofia da liberdade de Schelling: 1º) sobre a unidade originária de espírito e natureza; 2º) sobre a dualidade de princípios no interior da natureza; 3º) sobre a possibilidade da liberdade na natureza.*

**Palavras chaves:** Schelling, Liberdade, Natureza

#### ABSTRACT

*Schelling's treatise published in 1809 under the title of Philosophischen Untersuchungen über das Wesen der menschlichen Freiheit (Philosophical Investigations concerning the Essence of Human Freedom) is only apparently a system of practical philosophy that differs from his earlier systems of philosophy of nature and of identity. This article aims to demonstrate the proximity between these systems, based on the recognition of three theses of philosophy of nature that based Schelling's philosophy of freedom: 1) on the originally unity of mind and nature; 2) on the dual principles within nature; 3) on the possibility of freedom in nature.*

**Key-words:** Schelling, Freedom, Nature